



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA – UFDPAr CAMPUS
MINISTRO REIS VELOSO – CMRV**

**ANGELA JANAINA PAIVA DE SOUSA
OZIANE VIANA VERAS**

**Índice de Efetividade da Gestão Municipal: uma análise do i-Fiscal
em municípios piauienses do biênio 2020-2021**

PARNAÍBA-PI

2023

ANGELA JANAINA PAIVA DE SOUSA
OZIANE VIANA VERAS

**Índice de Efetividade da Gestão Municipal: uma análise do i-Fiscal
em municípios piauienses do biênio 2020-2021**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como
requisito parcial à obtenção do título de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Ana Clara Batista Sampaio

PARNAÍBA-PI
2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

S725i Sousa, Ângela Janaina Paiva de
Índice de efetividade da gestão municipal: uma análise do i-Fiscal em municípios piauienses do biênio 2020-2021 [recurso eletrônico] / Ângela Janaina Paiva de Sousa, Oziane Viana Veras. – 2023.

1 Arquivo em PDF.

TCC (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2023.

Orientação: Prof.^a Ana Clara Batista Sampaio.

1. IEGM. 2. Indicadores. 3. Gestão pública. 4. i-FISCAL - Piauí. I. Veras, Oziane Viana. II. Título.

CDD: 657


ANGELA JANAINA PAIVA DE SOUSA
OZIANE VIANA VERAS

Índice de Efetividade da Gestão Municipal: uma análise do i-Fiscal em municípios piauienses do biênio 2020-2021

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Ciências Contábeis da
Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como
requisito parcial à obtenção do título de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Aprovada em:


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ANA CLARA BATISTA SAMPAIO
Data: 05/09/2023 16:43:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ana Clara Batista Sampaio
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

JONAS GUIMARAES JUNIOR:02067884794

Prof. Jonas Guimarães Junior
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Documento assinado digitalmente
 LIDIANA FONSECA DE SOUZA MELO
Data: 05/09/2023 16:05:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Lidiana Fonseca De Souza Melo
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

Dedicamos a Deus e aos nossos pais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a meu Deus, por todas as graças que nos foram dadas. Aos nossos amigos, aqueles que de alguma forma me deram forças, familiares.

Em especial, Ângela gostaria de agradecer ao pai, Geová Filho, por ser a maior inspiração na profissão. Já Oziane, gostaria de destacar a irmã, Ozinete Viana, que a incentivou muito para não desistir.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a faixa do IEGM, em específico a nota do i-Fiscal, dos municípios mais populosos do estado do Piauí. Com o propósito de verificar se os municípios com maior faixa populacional também apresentam as melhores notas no Índice Municipal da Gestão Fiscal (i-FISCAL) nos anos de 2020 e 2021; o mesmo comparativo será feito com a Receita Orçamentária, afim de saber se esse montante tem alguma relação proporcional com as notas obtidas no índice de Gestão Fiscal. O presente estudo terá como embasamento uma abordagem do tipo quantitativa e qualitativa. Os dados da população dos municípios foram retirados do site do IBGE, enquanto o IEGM dos municípios foram coletados do site do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, tomando como base a captação de dados dos anos de 2020 e 2021, já os dados da Receita Orçamentária foram retirados do site da SICONFI. Foram realizadas análises individuais das notas do i-Fiscal e da receita orçamentária de cada município, buscando fazer uma relação entre esses indicadores e a faixa populacional. Diante dessa análise, concluiu-se que entre a população e a receita orçamentária, a população é o fator que apresentou maior influência sobre o índice de Gestão Fiscal, porém não é o fator predominante. Por fim, as contribuições teóricas e empíricas desta pesquisa, servem para que novos pesquisadores a leve como base, buscando novas relações entre o índice e aspectos socioeconômicos.

Palavras-chave: IEGM, Indicadores, Gestão pública, i-FISCAL, Piauí.

ABSTRACT

The present work has as its general objective to analyze the IEGM score, specifically the i-Fiscal score, of the most populous municipalities in the state of Piauí. To verify whether the municipalities with the highest population range also have the best grades in the Municipal Fiscal Management Index (i-FISCAL) in the years 2020 and 2021; the same comparison will be made with Budget Revenue, to know if this amount has any proportional relationship with the grades obtained in the Fiscal Management index. The present study will be based on a quantitative and qualitative approach. The data on the population of the municipalities were taken from the IBGE website, while the IEGM of the municipalities was collected from the website of the Court of Auditors of the State of Piauí, based on the data capture of the years 2020 and 2021, while the data on Budget Revenue were taken from the SICONFI website. Individual analyzes of the i-Fiscal scores and budget revenue of each municipality were carried out, seeking to make a relationship between these indicators and the population range. Given this analysis, it was concluded that between population and budget revenue, the population is the factor that had the greatest influence on the Fiscal Management index, but it is not the predominant factor. However, our hypotheses were not 100% proven. Finally, the theoretical and empirical contributions of this research, serve for new researchers to take it as a basis, looking for new relationships between the index and socio-economic aspects.

Keywords: IEGM, Indicators, Public Management, i-FISCAL, Piauí.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Atribuição de Pesos aos Índices Componentes	24
Figura 2 - Faixa de resultados	26
Figura 3 - IEGM dos municípios no ano de 2020	29
Figura 4 - IEGM dos municípios no ano de 2021	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Municípios estudados e sua população	27
Quadro 2 - Faixa de resultados IEGM	28
Quadro 3 - Receita orçamentária dos municípios em 2020	32
Quadro 4 - Receita orçamentária dos municípios em 2021.....	33
Quadro 5 - Comparativo receita orçamentária 2020x2021.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo i-Fiscal no biênio 2020-2021	30
Gráfico 2 - A correlação entre a População e o i-Fiscal do biênio 2020-2021	31
Gráfico 3 - Correlação do i-Fiscal com a receita orçamentária de 2020	33
Gráfico 4 - Correlação do i-Fiscal com a receita orçamentária de 2021	34

LISTA DE ABREVIACOES

E3S	Eficiência, eficácia e efetividade
IEGM	ndice de Efetividade da Gestão Municipal
i-CIDADE	ndice Municipal de Cidades Protegidas
i-EDUC	ndice Municipal da Educao
i-FISCAL	ndice Municipal da Gestão Fiscal
i-GOV TI	ndice Municipal de Governança de Tecnologia da Informao
i-AMB	ndice Municipal do Meio Ambiente
i-PLANEJAMENTO	ndice Municipal do Planejamento
i-SAÚDE	ndice Municipal da Saúde
IRB	Instituto Rui Barbosa
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NGP	Nova gestão pública
NPM	New Public Management (nova gerência pública)
TCE	Tribunal de Contas do Estado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Tema e sua Contextualização	14
1.2	Problema e Lacuna de Pesquisa	15
1.3	Pergunta de Pesquisa	16
1.4	Objetivos	16
1.4.1	Objetivo Geral	16
1.4.2	Objetivos Específicos	16
1.5	Ângulo de Abordagem	16
1.6	Hipóteses ou Proposições de Pesquisa	17
1.7	Justificativas	18
1.8	Estrutura do trabalho	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	A Nova Gestão pública	20
2.2	Gestão Fiscal e seus desdobramentos	21
2.3	Índice de Efetividade da Gestão Municipal	23
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	27
3.1	Municípios estudados e a população	27
3.2	Coleta dos Dados	27
3.3	Análise dos resultados	28

4	RESULTADOS	29
4.1	Quesitos do questionário do i-Fiscal que impactaram no indicador	29
4.2	Municípios estudados e seus resultados no IEGM	30
4.3	Correlação i-Fiscal e a população	33
4.4	Relação i-Fiscal e a receita orçamentária	34
5	CONCLUSÃO	38
6	REFERÊNCIAS	40

1 Introdução

1.1 Tema e sua Contextualização

Sano e Montenegro (2013), levantam a questão da importância dos E3s (eficiência, eficácia e efetividade) na gestão pública, segundo os autores esses pontos são cruciais nas ações governamentais para um melhor desenvolvimento social, visto que, muitas vezes, o desenvolvimento é limitado devido às questões que surgem quando os atores envolvidos na gestão pública não estão comprometidos, resultando em impactos negativos na vida de todos os cidadãos.

Ademais, atualmente os governos enfrentam muitos desafios, isto devido a exigência crescente de mais qualidade de vida, limitação dos recursos públicos, além do cenário de crise fiscal e financeira que enfrentam, assim, se faz necessário que a gestão dos recursos públicos seja feita de maneira eficiente e objetiva. (PASSOS, AMORIM, 2018).

Como apontam alguns autores, houve uma crescente necessidade de avaliar e medir o desempenho obtido pela administração pública, assim o Estado tem criado diversos procedimentos, mecanismos e instrumentos, além da implantação de sistemas de monitoramento e de avaliação da gestão. (CASTRO, CARVALHO, 2017; PASSOS, AMORIM, 2018).

Com necessidade de controle da legalidade da gestão financeira, além da busca de um Estado que contemple os E3s, sendo capaz de suprir os anseios e necessidades da população, surge os Tribunais de Contas, este como uma forma de controle, agora no âmbito da gestão contábil e financeira, buscando novas formas de monitoramento e avaliação. (CASTRO, CARVALHO, 2017).

No sentido de melhorar a gestão pública e o diálogo com a sociedade o Instituto Rui Barbosa – a casa do conhecimento dos Tribunais de Contas do Brasil – lançou em, 2016, a Rede Nacional de Indicadores Públicos com objetivo de compartilhar instrumentos de medição do desempenho da gestão pública brasileira, boas práticas e o conhecimento deles advindos na avaliação da gestão pública, através da aplicação do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). (CASTRO, CARVALHO, 2017, p. 57)

Com base nas informações do Instituto Rui Barbosa (2015), o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) é um indicador criado para medir o nível de aderência da gestão municipal a determinados processos e controles em sete áreas: educação, gestão fiscal, saúde, planejamento, meio ambiente, defesa civil e

governança em tecnologia da informação. Sendo medido através da pontuação atribuída às questões pelo Tribunal de Contas de São Paulo, os controles são inquiridos a partir de questionários respondidos pelos municípios.

Castro e Carvalho afirmam que “apesar do esforço empreendido, os Tribunais de Contas brasileiros ainda não alcançaram o patamar desejado na questão de mensuração da eficiência das políticas públicas” (2017, p. 57). Para eles ocorre a dominação das revisões e controles de conformidade, deixando como segundo plano as atividades de monitoramento, avaliação e controle de resultados. Assim, para melhor eficácia se faz necessário, que a prática de mensuração de resultados governamentais se espalhe por estes órgãos e outras instâncias de controle.

1.2 Problema e Lacuna de Pesquisa

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) foi criado, em 2014, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e, a partir de 2016, foi adotado por outros Tribunais, com o principal intuito de avaliar as políticas e atividades públicas. Auxiliando nas análises das contas públicas, fornece informações que subsidiam a ação fiscalizatória e mede os gastos municipais. (PASSOS, AMORIM, 2018).

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal- IEGM é uma iniciativa dos Tribunais de Contas do Brasil que visa atender aos anseios da sociedade por melhor acesso e participação no planejamento, no acompanhamento e na aferição dos resultados alcançados pelas políticas públicas, de modo a avaliar a sua efetividade, eficácia e eficiência (ART. 37 da CF/88 apud. AMORIM, 2017, p.2).

O IEGM tem como principal objetivo avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas pelos gestores, dividido em sete divisões, é aplicado anualmente para evidenciar a reciprocidade entre as ações dos governos e as exigências da sociedade. (CASTRO, CARVALHO, 2017).

Segundo o Instituto Rui Barbosa, as setes áreas que compõem o IEGM, foram selecionadas com base na posição de cada uma no contexto das finanças públicas, além disso, essas divisões influenciam na qualidade dos municípios. As setes áreas são: i-EDUC; i-SAÚDE; i-PLANEJAMENTO; i-AMB; i-CIDADE; i-GOV TI e i-FISCAL. Com isso, este estudo visa contribuir para a análise do i-FISCAL nos municípios mais populosos, a fim de saber se o fato do município ser mais ou menos

populoso impacta diretamente na referida nota e como isso contribui para sua gestão governamental e para o meio acadêmico, uma vez que apresenta um universo amplo de pesquisa e dados.

1.3 Pergunta de Pesquisa

O i-FISCAL (Índice Municipal da Gestão Fiscal) é o parâmetro que mensura a gestão pública a partir da “[...] análise da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal” (INSTITUTO RUI BARBOSA, 2015, p. 10) , com isso, este trabalho traz como questão de pesquisa:

“Em que faixa se encontra o i-Fiscal dos municípios mais populosos no período de 2020 a 2021?”

1.4 Objetivos

Visando atender o âmbito da questão problema, tem-se os seguintes objetivos.

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar a nota do IEGM i-Fiscal dos municípios mais populosos do estado do Piauí.

1.4.2 Objetivos Específicos

- a. Identificar e analisar os quesitos do i-Fiscal dos municípios estudados
- b. Evidenciar as notas do IEGM dos municípios mais populosos do estado do Piauí;
- c. Analisar se os municípios com maior faixa populacional também apresentam as melhores notas do i-Fiscal;
- d. Verificar se os municípios com maior receita orçamentária também apresentam as melhores notas do i-Fiscal;

1.5 Ângulo de Abordagem

Almejando atingir os objetivos supracitados, o presente estudo terá como embasamento uma abordagem do tipo quantitativa e qualitativa. Os métodos abordados na presente pesquisa, tem o intuito de identificar o i-Fiscal dos municípios

mais populosos do Piauí, bem como análise geral da gestão pública e como o IEGM afeta a mesma. Os dados serão coletados por meio de relatórios e sites governamentais.

1.6 Hipóteses ou Proposições de Pesquisa

O IEGM busca contribuir para a melhoria da gestão pública, fornecendo informações sobre o desempenho dos municípios. Com base nesses resultados, é possível identificar boas práticas e áreas que necessitam de melhorias, auxiliando os gestores municipais na tomada de decisões e na aplicação mais eficiente dos recursos públicos.

Enquanto o Índice Municipal da Gestão Fiscal (i-FISCAL) é uma métrica que mede a eficiência na gestão fiscal dos municípios. Esse índice também é calculado pelo Tribunal de Contas, levando em consideração indicadores como arrecadação de receitas, capacidade de pagamento, despesas com saúde e educação, transparência fiscal, entre outros. Com isso, há uma suposição que a quantidade da população afeta nesses quesitos, pois quanto mais populoso for o município mais é necessária uma gestão de qualidade e o uso correto dos recursos financeiros. Sendo assim, levanta-se a primeira hipótese que é:

Proposição 1: Municípios mais populosos apresentam melhores notas

A receita orçamentária representa a entrada de recursos financeiros para um determinado município proveniente de diversas fontes, como impostos, taxas, cotas de participação em tributos, transferências governamentais, entre outros. Essa receita é prevista e planejada no orçamento municipal, que é elaborado anualmente. Em resumo, uma correta gestão da receita orçamentária é fundamental para garantir o bom funcionamento da máquina pública, viabilizando investimentos, prestação de serviços de qualidade, pagamento dos servidores e fornecedores, equilíbrio fiscal e transparência na administração dos recursos públicos. Assim, a forma como a receita orçamentária é gerenciada e utilizada tem um impacto significativo na gestão do município. Desse modo, surge a segunda hipótese:

Proposição 2: Municípios com maior receita orçamentária apresentam melhores notas

1.7 Justificativas

Com a mensuração de desempenho no setor público, o alcance de múltiplos objetivos, como, a qualidade dos serviços prestados, a transparência de custos e de resultados, a motivação dos funcionários vem aumentando. (CASTRO, CARVALHO, 2017). Uma das formas de mensurar, como dito anteriormente, é o IEGM, com foco em avaliar as políticas e atividades públicas desenvolvidas pelos gestores.

Dentro dele há ramificação, sendo 7 indicadores envolvendo diversas áreas, Castro e Carvalho (2017, p.58) destacam que “com foco de aproximar-se da sociedade e apresentar os melhores modelos e metodologias de gestão municipal, os resultados colhidos pelo IEGM são apresentados por meio de Faixas de Resultado [...]”.

Abdala (2008), destaca que o papel do Estado brasileiro é prover serviços como educação, saúde, moradia, previdência social e outros, e em uma gestão eficaz é possível disponibilizar estes serviços com qualidade e quantidade demandada pela sociedade, consumindo a menor quantidade possível de recursos.

Usualmente as organizações dispõem de uma infinidade de indicadores financeiros e operacionais usados para medir o seu desempenho tanto sob uma perspectiva interna (previsto x realizado, situação atual x tendência futura) quanto externa (posição em relação a seus principais concorrentes ou a uma empresa tida como benchmarking no mercado onde atua). (ABDALA, 2008, p.10).

A partir do acompanhamento desses indicadores que se monitoram a gestão e performance organizacional, verificam desvios, estratégias e metas estabelecidas. Além disso, como o Estado não tem fins lucrativos, a receita deve ser suficiente para cobrir as despesas e gerenciar os municípios, assim, uma outra forma de mensurar o desempenho do gestor público é acompanhar a execução orçamentária. (ABDALA, 2008)

1.8 Estrutura do trabalho

Este estudo está estruturado em cinco capítulos, a saber:

- (i) Capítulo 1 – Introdução;
- (ii) Capítulo 2 – Referencial Teórico;
- (iii) Capítulo 3 – Aspectos Metodológicos;
- (iv) Capítulo 4 – Resultados;

(v) Capítulo 5 – Conclusões.

O Capítulo 1 é composto pela contextualização da temática em estudo. Ademais, expõe o problema de pesquisa, os objetivos a serem alcançados, a abordagem teórica e metodológica, as expectativas dos pesquisadores, isto é, hipóteses e proposições de pesquisa, assim como, as justificativas que fundamentam a execução da pesquisa.

O Capítulo 2 apresenta o Referencial Teórico. Essa seção tem embasamento nos teóricos especialistas em políticas públicas, gestão pública e contabilidade, e em suas respectivas contribuições literárias. Ademais, está subdividido em gestão pública e gestão fiscal, tendo enfoque mais aprofundado no IEGM e consecutivamente no i-FISCAL.

O Capítulo 3 aborda os aspectos metodológicos, contendo dados dos municípios estudados, sua receita, i-Fiscal e população.

O Capítulo 4, por sua vez, contém os resultados da pesquisa de forma a atestar os objetivos propostos e a finalidade da pesquisa. Este está estruturado na evidenciação do IEGM, com foco no i-FISCAL de cada município, comparação entre as mesmas, a população e a receita orçamentária. No final, analisa a discussão das proposições e hipóteses de pesquisa, a fim de determinar quais foram as passíveis de confirmação ou não.

O Capítulo 5, evidencia as considerações finais, portanto, recorda a motivação que levou o prosseguimento do estudo, expõe os principais resultados obtidos, destaca as contribuições teóricas propostas, assim como, enfatiza as limitações de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo iremos abordar sobre a gestão pública, bem como a gestão fiscal e seus desafios, ademais iremos aprofundar no IEGM, seus componentes e como é medido. E por último iremos abordar sobre os municípios que serão estudados nesta pesquisa.

2.1 A Nova Gestão pública

Entende-se que a nova gestão pública, é um modelo de gestão com foco em buscar maior eficiência, transparência e responsabilidade na administração pública. Desde de 1970, houve mudanças na forma de governar, porém a nova gestão pública teve início por volta da década de 1980 e 1990, devido a grande pressão por reformas no setor público, além das mudanças econômicas globais.

Não há dúvidas de que, desde os anos 1970, tem havido transformações na ação de governar que afetam tanto as estruturas estatais e o processo de governo como a relação entre o Estado e a sociedade civil, embora essas mudanças afetam de forma diferente aos diferentes países, diferentes segmentos sociais, em momentos temporais distintos e de maneiras também distintas. (CARNEIRO, MENICUCCI, 2013, p.136).

Ainda segundo Carneiro e Menicucci (2013), a interpretação do neoliberalismo adjunto com a crise da economia, se transformou em crise do Estado, ocorrendo uma crescente necessidade de financiamento do déficit público, sucedendo um acúmulo de dívidas, impactando nas condições de governabilidade. Destacam ainda, que o aumento dos gastos públicos desenfreado, demonstrou fragilidade dos mecanismos de controle democrático, assim, “focada na dimensão fiscal, emergem explicações para o gigantismo do setor público centradas nos limites da democracia liberal em assegurar um controle mais efetivo da sociedade sobre o Estado.” (CARNEIRO, MENICUCCI, 2013, p.137).

Dessa forma, a NGP propõe mudanças na cultura e nas práticas de gestão do setor público, promovendo uma abordagem mais orientada para resultados e uma maior preocupação com a eficiência e qualidade dos serviços públicos oferecidos à sociedade. Trazendo novos métodos, que incluem a adoção de princípios como a busca por resultados, foco no cidadão, descentralização de decisões, maior autonomia e responsabilização dos gestores públicos, entre outros, além do estabelecimento de indicadores de desempenho e a implementação de práticas de

gestão baseadas em evidências e em dados.

Ormond e Löffler (1999), apontam que existem dois conceitos fundamentais relacionados à nova gestão pública. O primeiro, entende a NGP como a união de duas correntes de ideia, sendo uma a nova economia institucional, trazendo princípios administrativos, como contestabilidade, transparência etc. E a segunda corrente é a aplicação da forma gerencial do setor privado ao setor público. Ainda sobre o primeiro conceito, afirmam que “[...] essa concepção restrita da NPM implica numa ênfase da gerência de contratos, na introdução de mecanismos de mercado no setor público e na vinculação estabelecida entre o pagamento e o desempenho.” (ORMOND E LOFFLER, 1999, p. 69).

O segundo conceito é mais amplo, entende a NGP como uma resposta a pressões enfrentadas pelo governo, considera que devido a gestão pode mudar de acordo com as necessidades do país em questão, e seus princípios seriam transferíveis.

Essa definição ampla e não prescritiva da nova gerência pública permite identificar e avaliar diversos tipos de estratégias e caminhos para a reforma, ao mesmo tempo em que se reconhecem alguns princípios convergentes. Fazendo com que as práticas e experiências da nova gerência pública sejam transparentes, os governos têm a oportunidade de escolher entre diversas alternativas e de tomar decisões bem informadas sobre os instrumentos de políticas. (ORMOND E LOFFLER, 1999, p. 71).

De acordo com Silva, Inês Mendes. (2018), a nova gestão pública surgiu com o objetivo de introduzir uma maior eficácia e eficiência na Administração Pública e de ser capaz de dar resposta aos problemas económicos e sociais.

2.2 Gestão Fiscal e seus desdobramentos

Luque, C. A., & SILVA, V. (2019) pontua que o principal instrumento para a gestão fiscal responsável é a efetiva utilização do planejamento fiscal, realista e responsável. Para isso, o sistema brasileiro de planejamento público, previsto pelo Artigo 165 da Constituição Federal, inclui: o Plano Plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, e o orçamento anual.

Ainda no âmbito de regulamentação da gestão fiscal, Filho et al. (2018) dispõe que em busca de mais transparência, em 2000, foi criada a Lei Complementar

n.101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), nela houve a definição de metas para o desempenho fiscal, limites e condições para a renúncia de receita, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, entre outras. Ademais, após a LRF os relatórios referente a execução orçamentária e a gestão fiscal, tiveram frequência definida e divulgação dos resultados.

No entanto, apesar de passados 18 anos de vigência, ainda se verifica que não há atendimento pleno às exigências de divulgação de informações públicas, bem como há casos de descumprimento de regras fiscais por municípios, como verificado por Piccoli e Arpini (2018) e Rodrigues e Salgueiro (2015). (FILHO *et al.*, 2018, p. 339).

Segundo Cruz *et al.* (2013), de acordo com a lei complementar, existem quatro pilares, sendo: planejamento, transparência, controle e responsabilidade, estes com principal intuito para atingir uma gestão fiscal responsável, pois estão destinados a adequação dos recursos públicas, de acordo com as finalidades para as quais foram arrecadados e com as determinações legais. Iremos ver a seguir os pilares segundo os autores supracitados.

Segundo de Souza Lino, L., Leal, É. D. A. S., & Faé, B. (2021), para alcançar uma gestão fiscal mais eficaz, afim atender às demandas da sociedade, os gestores públicos locais precisam conhecer, estabelecer metas e monitorar continuamente uma série de variáveis e indicadores que permitam ter uma dimensão da sua situação fiscal.

Uma dessas variáveis é a receita orçamentária, que representa a entrada de recursos financeiros para um município. Essa receita é prevista e planejada no orçamento municipal, elaborado anualmente.

Cruz *et al.*(2013), Filho *et al.* (2018), Kelly e Wanna (2001), ressalta que a forma como esta receita é gerenciada tem grande impacto na gestão do município, como por exemplo, a realização de investimentos, pois com uma receita adequada o município consegue realizar investimento em infraestrutura, educação, saúde, segurança, entre outros setores, atendendo às necessidades locais. A prestação de serviços públicos é outro ponto, visto que a receita é utilizada para custear a prestação de serviços públicos à população. Com a receita adequada é possível melhorar a qualidade e cobertura desses serviços.

2.3 Índice de Efetividade da Gestão Municipal

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) é uma ferramenta criada pelo Tribunal de Contas do Brasil com o objetivo de avaliar a efetividade das políticas públicas municipais. Ele analisa sete dimensões da gestão pública: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, tecnologia da informação e proteção aos cidadãos.

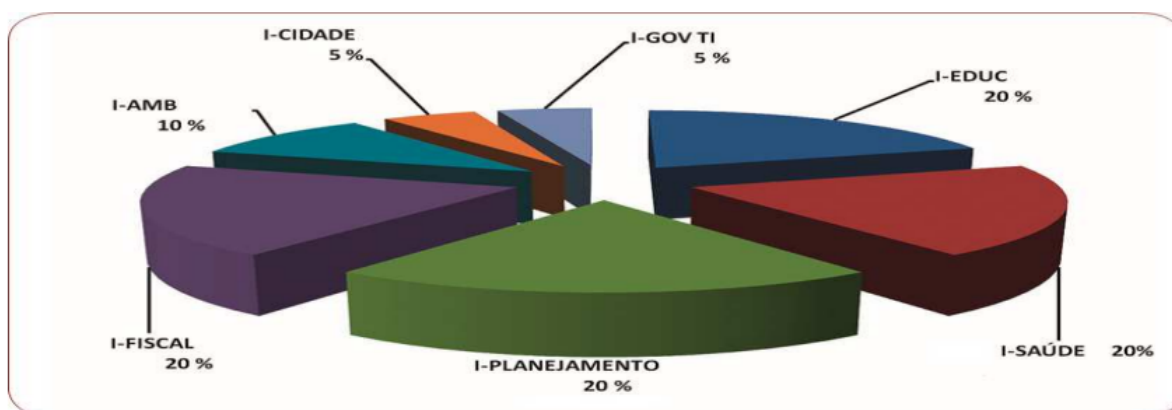
Nesta avaliação, mede-se a qualidade dos gastos municipais elucidando, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva. Ele pode ser utilizado como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas, sem perder o foco do planejamento em relação às necessidades da sociedade.(INSTITUTO RUI BARBOSA, 2015, p.7).

O índice é composto pela combinação de três itens, sendo, dados governamentais, dados do sistema de apoio à fiscalização e informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas Prefeituras municipais (INSTITUTO RUI BARBOSA, 2015). Segundo Passos e Amorim (2018, p.248)

Os questionários são compostos por 226 questões, sendo 59 relativas à educação, 58 à saúde, 48 ao planejamento, 7 à dimensão fiscal, 21 ao meio ambiente, 12 à proteção das cidades e 21 à governança de tecnologia da informação. Tratam desde a infraestrutura necessária para satisfazer as necessidades do cidadão, incluindo os recursos humanos envolvidos e o número de pessoas atendidas, até os meios utilizados na prestação de serviços, para que sejam exercidos o controle e a avaliação pelos usuários e pela coletividade. (AMORIM; PASSOS, 2018, p.248).

Castro e Carvalho (2017, p.57), apontam que “para compreender a gestão municipal nessas dimensões, propõe-se uso de métrica de ponderação que possa melhor refletir o grau de relevância das apurações”. Conforme demonstrado na figura a seguir:

Figura 1 - Atribuição de Pesos aos Índices Componentes



Fonte: Instituto Rui Barbosa, 2015

Essas sete dimensões “[...]” foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas “[...]” (INSTITUTO RUI BARBOSA, 2015, p. 9). A seguir iremos detalhar-las com base no anuário do Instituto Rui Barbosa lançando em 2015:

- i-EDUC - Índice Municipal da Educação, mensura os resultados das ações públicas na área da educação por meio de quesitos específicos, centrado em aspectos relacionados à infraestrutura escolar. Aborda informações sobre avaliação escolar, planejamento, merenda escolar, qualificação de professores, entre outros.
- i-SAÚDE - Índice Municipal da Saúde, pondera as ações neste âmbito, da mesma forma que o i-EDUC, apresenta quesitos específicos com foco nas ações voltadas para saúde pública, como, à atenção básica, cobertura e ação do Programa Saúde da Família, atuação do Conselho Municipal de Saúde, controle de estoque de insumos e etc.
- i-PLANEJAMENTO - Índice Municipal do Planejamento, “[...] verifica a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, por meio da análise dos percentuais gerados pelo confronto destas duas variáveis”. (INSTITUTO RUI BARBOSA, 2015, p. 9). Além disso, analisa as metas alcançadas e recursos empregados, e os resultados alcançados através das ações.
- i-AMB - O Índice Municipal do Meio Ambiente, mensura as ações relacionadas ao meio ambiente, “este índice contém informações sobre resíduos sólidos, saneamento básico, educação ambiental, estrutura ambiental e conselho ambiental” (INSTITUTO RUI BARBOSA, 2015, p. 9).
- i-CIDADE - O Índice Municipal de Proteção dos Cidadãos, tem o intuito de verificar o “[...] envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres.” (INSTITUTO RUI BARBOSA, 2015, p. 9).
- i-GOV TI - O Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação mensura o uso dos recursos tecnológicos da informação em favor dos

cidadãos. Reunindo informações sobre segurança da informação, transparência, políticas de uso de informática dentre outros.

- i-FISCAL - Índice Municipal da Gestão Fiscal, mede a eficiência na gestão fiscal dos municípios. Esse índice também é calculado pelo Tribunal de Contas, levando em consideração indicadores como arrecadação de receitas, capacidade de pagamento, despesas com saúde e educação, transparência fiscal, cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal entre outros.

O i-FISCAL também fornece informações importantes sobre a situação fiscal dos municípios, orientando os gestores na melhoria da gestão financeira e no cumprimento das obrigações legais. Ele permite identificar eventuais problemas fiscais, possibilitando a adoção de medidas corretivas para evitar situações de risco e promover a saúde financeira dos municípios.

Castro e Carvalho (2017), apontam que os resultados obtidos pelo IEGM são apresentados por meio de faixas de resultados, utilizando letras para classificar a pontuação. Os resultados são divididos em cinco faixas “[...] definidas em função da consolidação das notas obtidas nos indicadores setoriais.” (CASTRO E CARVALHO, 2017, p. 58). Como demonstra a figura a seguir:

Figura 2 - Faixa de resultados

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices componentes com nota A
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor que 50%

Fonte: Instituto Rui Barbosa, 2015

Passos e Amorim (2018, p.254), destacam que com essa forma de resultados “[...] garante-se a inteligibilidade dos resultados a todos os interessados, possibilitando a qualquer pessoa entender o que é um município com efetividade A

ou C e quais os critérios utilizados para se chegar a essas faixas.

Segundo o Instituto Rui Barbosa (2015), alguns dos quesitos determinantes do i-Fiscal seria pontos relacionados a gestão financeira do municípios, dentre eles as alíquotas de impostos, controle da fiscalização, conjuntura econômica, base de cálculo do impostos, dentre outros.

Langwinski (2013), aponta que indicadores são ferramentas que apontam a situação de um determinado processo, permitindo avaliar o alcance de metas, avanços e melhorias. Além de demonstrar os pontos fracos, problemas e necessidades de mudanças. Assim, o IEGM não faz ranqueamento entre os municípios, “[...] uma vez que sua filosofia não é de competição, mas sim de compreender a gestão municipal nas dimensões avaliadas e promover uma mudança de atitude do gestor.” (CASTRO E CARVALHO, 2017, p. 58).

Sobre o IEGM, Paulino, J. V. D. S. (2021) pontua duas propriedades específicas dos indicadores de desempenho, sendo elas: observação do que está faltando para melhorar e com relação às propriedades das escalas. E, por fim, ele ainda conclui, que o Índice de Efetividade da Gestão Municipal constitui um mecanismo mediador de controle dos gastos públicos, enquanto os municípios satisfazem as necessidades dos cidadãos.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Municípios estudados e população

Este estudo apurou o resultado do IEGM, do biênio 2020-2021, focando no i-FISCAL, dos dez municípios mais populosos do estado do Piauí, para isso, empregou-se os seguintes critérios: (i) os municípios foram selecionados por meio de análise da população segundo o IBGE de 2021, visto que o i-FISCAL seria relacionado a este ano; (ii) verificou-se a receita orçamentária de cada município, (iii) apurou-se os resultados do IEGM de todos os municípios nos anos de 2020 e 2021.

Destacamos que municípios populosos são aqueles que possuem grande número de habitantes em relação a outros municípios de uma região. No quadro a seguir, iremos destacar quais foram os municípios estudados.

Quadro 1: Municípios estudados e sua população

Municípios	População
Teresina	817.216
Parnaíba	153.863
Picos	78.627
Piripiri	63.829
Floriano	60.111
Barras	47.298
Campo Maior	46.950
União	44.649
Altos	40.681
Esperantina	39.953

Fonte: Elaborado com base em IBGE (2022)

3.2 Coleta dos Dados

Após a escolha dos municípios, foi consultado a receita orçamentária prevista

e o total gasto, do biênio em questão, a fim de verificar qual município possuía a maior receita dentre os escolhidos. Após isso, analisamos o IEGM de cada um, a fim de coletar as informações quanto ao i-Fiscal, referente aos anos de 2020 e 2021.

3.3 Análise dos resultados

No próximo capítulo iremos abordar a análise dos resultados, Gil (2008), afirma que a análise dos resultados em uma pesquisa é a etapa fundamental para interpretar, verificar as hipóteses e tirar conclusões a partir dos dados coletados e analisados. Ademais, existem diferentes abordagens para realizar a análise dos resultados de uma pesquisa, que podem variar dependendo da natureza dos dados e dos objetivos da pesquisa.

De acordo com os objetivos da pesquisa e com os procedimentos metodológicos, delimitou-se 3 pilares nos resultados, sendo, um com o foco do IEGM dos municípios estudados, o segundo, uma comparação entre o resultado obtido e população dos municípios, e o terceiro a relação do resultado e a receita orçamentária.

4 RESULTADOS

4.1 Quesitos do questionário do i-Fiscal que impactaram no indicador

O questionário i-Fiscal é composto por diversos quesitos, dentre eles:

- Estrutura administrativa voltada para a administração tributária;
- Adoção de medidas para aumento da arrecadação;
- Atualização do cadastro mobiliário, e da Planta Genérica de Valores;
- Isenção tributária e regulamentar de impostos da contribuição de iluminação pública e da dívida ativa;
- Divulgação de informações em tempo real;
- Parcelamento de dívidas;
- Análise da execução orçamentária e dos restos a pagar;
- Despesas com pessoal;
- Apuração do resultado financeiro, dívida fundada (aumento/redução) e pagamento de precatórios; e
- Repasse à Câmara Municipal e pontualidade na prestação de serviços.

De acordo com o TCE-PI (2022), o i-Fiscal é um índice que reflete o valor de outros valores. E no caso em questão, onde se deseja apurar o valor referente ao índice da Gestão Fiscal, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Análise da Receita (execução orçamentária);
- Análise da Despesa (execução orçamentária);
- Análise da execução orçamentária;
- Análise dos Restos a Pagar até o bimestre (dívida flutuante);
- Despesas com Pessoal – Poder Executivo;
- Despesas com Pessoal – Poder Legislativo;
- Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit);
- Apuração da dívida fundada (aumento/redução);
- Apuração dos pagamentos dos precatórios;
- Repasse de duodécimos às Câmaras;
- Transparência: atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas.

4.2 Municípios estudados e seus resultados no IEGM

O IEGM busca contribuir para a melhoria da gestão pública, fornecendo informações sobre o desempenho dos municípios. Com base nesses resultados, é possível identificar boas práticas e áreas que necessitam de melhorias, auxiliando os gestores municipais na tomada de decisões e na aplicação mais eficiente dos recursos públicos. Os municípios estudados nesta pesquisa são: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano, Barras, Campo Maior, União, Altos e Esperantina.

Antes de analisar os resultados, será especificado novamente a faixa de resultados.

Quadro 2 - Faixa de resultados IEGM

Notas	Faixa
A	Altamente efetiva
B+	Muito efetiva
B	Efetiva
C+	Em fase de adequação
C	Baixo nível de adequação

Fonte: Adaptação anuário 2015 IBGE

Agora serão mostrados os resultados do IEGM:

Figura 3 - IEGM dos municípios no ano de 2020

Município	População Estimada (2021)	2020							
		i-Cidade	i-Saúde	i-Gov TI	i-Amb	i-Fiscal	i-Educ	i-Planejamento	Geral
Teresina	817.216	B	B+	B	C+	C+	C	C+	B
		64	78	67	55	51	57	57	60,65
Parnaíba	153.863	B	B	B	B	B+	C	C	B
		68	65	70	74	86	45	47	62,9
Picos	78.627	B	C+	B+	C	B	C	C	C
		74	58	80	21	66	43	31	49,4
Piripiri	63.829	C	B	C	C+	B	C+	C+	C+
		1	70	42	53	61	53	50	54,25
Floriano	60.111	A	B	B	C	B+	C+	C	B
		93	74	74	49	77	56	48	64,25
Barras	47.298	B	B	C	C	C	C	C	C
		68	65	42	9	39	30	35	40,2
Campo Maior	46.950	B+	B	B	B	C+	C	C	C
		82	62	67	70	52	36	25	49,45
União	44.649	C	C	C+	C	C+	C	C	C
		31	49	55	43	59	39	18	41,6
Altos	40.681	B	C	C	C	C	C	C	C
		61	17	36	20	28	31	39	29,85
Esperantina	39.953	B+	B	C+	C	B	C	C	C
		78	72	57	17	64	35	22	47,05

Fonte: Adaptação TCE-PI (2020)

Com base nesse resultado, nota-se que Floriano foi a única cidade atingir a faixa A na dimensão i-CIDADE, Esperantina e Campo Maior atingiram faixa B+, enquanto Teresina, Parnaíba, Picos, Barras e Altos ficaram na faixa B, e Piripiri e União com nota C.

Ao analisar o i-FISCAL, nota-se uma diferença significativa nestes resultados, visto que Floriano, que havia atingido faixa A em i-CIDADES, ficou em B + junto com Parnaíba, no entanto, Parnaíba mensurou a maior nota sendo 86. Enquanto Esperantina, Piripiri e Picos atingiram nota B; Teresina, Campo Maior e União com nota C+, e Barra e Altos com nota C. Em comparação com o i-CIDADES, Piripiri, Parnaíba e União obtiveram a maior nota, enquanto Floriano e os demais se mantiveram ou caíram na faixa.

No i-Educ e i-Planejamento as notas variam entre a faixa C e C+, na primeira dimensão, Teresina, Parnaíba, Picos, Barras, Campo Maior, União, Altos e Esperantina atingiram nota C, enquanto apenas Piripiri e Floriano obtiveram C+. Na segunda dimensão, apenas Piripiri e Teresina ficaram com C+, as demais cidades permaneceram com C. Em i-Gov, i-Amb e i-Saúde houve uma maior alternância entre as notas anteriores, alguns municípios atingiram as faixas B e B+.

No resultado final, percebe-se que Floriano ficou com a maior média geral, sendo 64,25, seguido de Parnaíba com 62,9 e Teresina com 60,65, todas na faixa B. No C+, temos apenas Piripiri, com 54,25. As demais cidades ficaram na faixa C, e Altos obteve 29,85.

Ao analisar o IEGM de 2021, verifica-se que na média geral, as notas variaram apenas entre C e C+, ocorrendo a queda de algumas cidades em comparação ao ano anterior. Teresina, Parnaíba e Floriano obtiveram nota C+ e os demais municípios ficaram com C, como pode-se notar na figura a seguir:

Figura 4 - IEGM dos municípios no ano de 2021

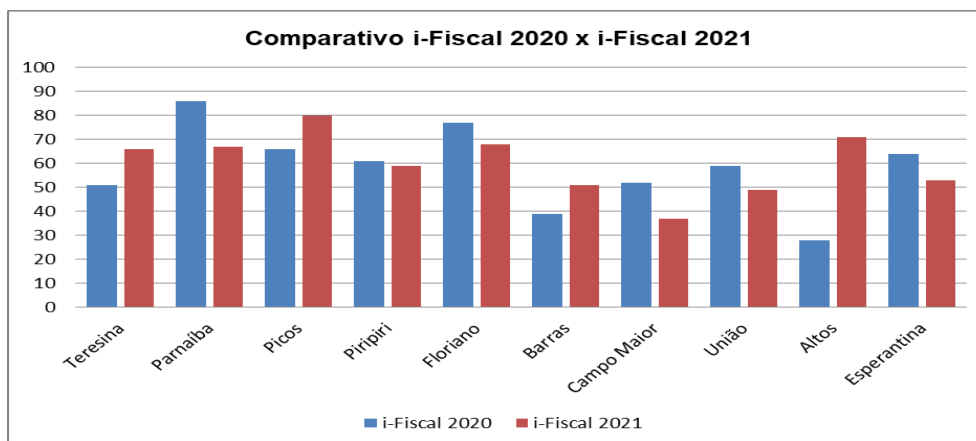
Município	População Estimada (2021)	2021								
		i-Cidade	i-Saúde	i-Gov TI	i-Amb	i-Fiscal	i-Educ	i-Planejamento	Geral	
Teresina	817.216	B	C+	B+	B	B	C+	C+	C+	C+
		71	58	80	66	66	62	57	62,75	
Parnaíba	153.863	B	C	B+	B+	B	C+	B	C+	C+
		68	49	75	80	67	59	64	62,95	
Picos	78.627	B	B	B+	C	B	C+	C	C+	C+
		70	66	67	38	80	53	32	54,45	
Piripiri	63.829	C	C+	C	C+	C+	C	C	C	C
		1	56	30	58	59	44	48	48,75	
Floriano	60.111	B+	B	B+	C+	B	C	C+	C+	C+
		86	68	66	51	68	46	51	50,3	
Barras	47.298	B+	C	B+	C	C+	C+	C	C	C
		76	49	68	23	51	53	42	48,5	
Campo Maior	46.950	C	B+	B+	C+	C+	C+	C+	C+	C+
		26	77	69	56	37	51	55	54,35	
União	44.649	C	C+	C	C+	C+	C	C	C	C
		22	54	45	53	49	48	37	46,25	
Altos	40.681	C	C	C	C	B	C	C	C	C
		36	44	41	25	71	28	46	44,15	
Esperantina	39.953	A	C+	B+	C	C+	C	C	C	C
		93	54	67	36	53	46	46	41,4	

Fonte: Adaptação TCE-PI (2021)

No i-Fiscal, também houve uma queda na qual nenhum município atingiu faixa B+, assim, Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano e Altos com nota B. Sendo Picos e Altos com a maior média, 80 e 71, respectivamente. Enquanto as demais cidades ficaram com C+.

No gráfico a seguir, pode-se notar a diferença do i-Fiscal no biênio estudado.

Gráfico 1 - Comparativo i-Fiscal no biênio 2020-2021



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Ao analisar o gráfico, verifica-se que poucos municípios apresentaram um avanço no i-Fiscal 2021, comparado ao ano de 2020. Apenas Teresina, Picos, Barras e Altos avançaram. Destaca-se Altos com o maior avanço, pois em 2020

obteve C, com 28, e em 2021 atingiu faixa B, com 71.

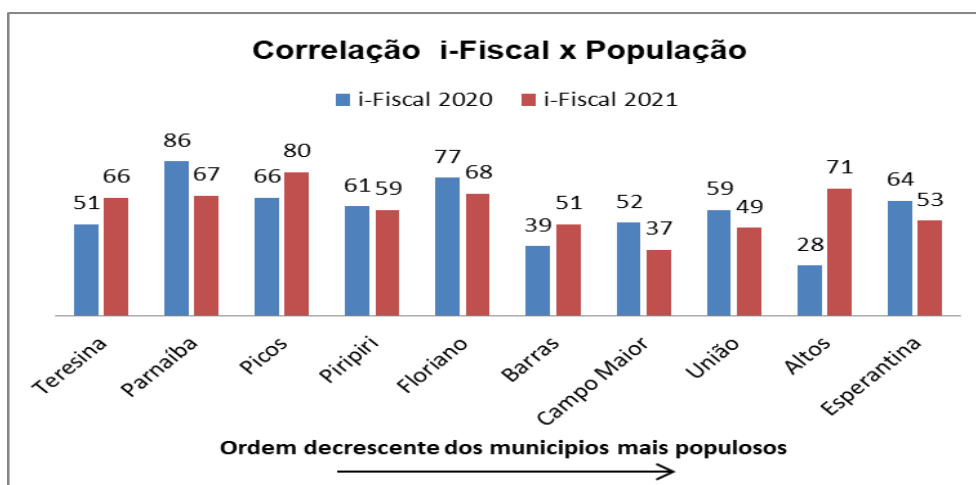
Teresina que em 2020 atingiu C+ - 51, e em 2021 ficou com B - 66. E Picos que saiu de C+ - 66, para B - 80, ambos com avanço de 14 pontos.

Em contrapartida, Parnaíba, Piripiri, Floriano, Campo Maior, União e Esperantina apresentaram uma diminuição na nota, na qual, Parnaíba demonstrou uma queda saindo de B+ - 86, em 2020, para B - 67 em 2021, e em seguida Campo Maior, que em 2020 obteve B - 52 e em 2021 atingiu C - 37.

4.3 Correlação i-Fiscal e a população

No intuito de verificar a primeira hipótese, analisou-se a correlação entre os resultados obtidos pelos municípios estudados e a sua população. A população de cada município foi citada anteriormente, no quadro 1. A seguir, o gráfico relacionando a nota e a população.

Gráfico 2 - A correlação entre a População e o i-Fiscal do biênio 2020-2021



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Conforme demonstrado no gráfico, percebe-se que Teresina, apesar de ter a maior população, não possui o maior i-Fiscal em 2020, pelo contrário, se ordenar o i-Fiscal por nota, percebe-se que a cidade fica em oitavo lugar, acima apenas de Barras e Altos. Em 2020, o município que obteve o melhor desempenho foi Parnaíba, sendo a segunda maior população de acordo com censo do IBGE. Em uma visão mais ampla, observa-se que Esperantina, município com a menor população, apresentou a quarta melhor nota em 2020.

Analisando o i-Fiscal de 2021, nota-se uma mudança nas notas, Parnaíba que

teve o melhor resultado, ficou em quarto lugar. A melhor nota neste ano foi Picos, o terceiro município mais populoso. Em seguida, Altos, que apresentou a menor nota em 2020, teve a segunda maior em 2021, mesmo sendo o segundo município com menor população.

Ao averiguar em geral, em 2021 os cinco municípios menos populosos, com exceção de Altos, foram os que apresentaram as notas mais baixas. Enquanto os cinco mais populosos ficaram na faixa B, exceto Piripiri, sendo C+.

Com isso, nota-se que a população talvez não seja um fator tão influenciável para a nota, visto que, mesmo municípios com menor população apresentaram resultados parecidos com os mais populosos, e em 2020, até maior que Teresina, a cidade com a maior população do estado do Piauí.

4.4 Relação i-Fiscal e a receita orçamentária

Com foco em analisar a segunda hipótese, averiguou-se a receita orçamentária dos municípios estudados no ano de 2020 e 2021. Como demonstrado nos quadros a seguir:

Quadro 3 - Receita orçamentária dos municípios em 2020

	Previsão atualizada	Receita realizada
Teresina	R\$ 3.774.664.819,96	R\$ 3.215.287.369,29
Parnaíba	R\$ 425.933.237,60	R\$ 425.776.738,44
Picos	R\$ 243.899.900,00	R\$ 228.903.255,09
Piripiri	R\$ 151.776.815,73	R\$ 170.618.076,99
Floriano	R\$ 210.181.828,08	R\$ 200.334.877,82
Barras	R\$ 138.179.200,00	R\$ 102.616.434,35
Campo Maior	R\$ 174.626.499,71	R\$ 158.239.427,91
União	R\$ 117.559.282,42	R\$ 107.146.496,77
Altos	R\$ 124.000.000,00	R\$ 99.795.608,43
Esperantina	R\$ 90.919.873,04	R\$ 91.405.118,61

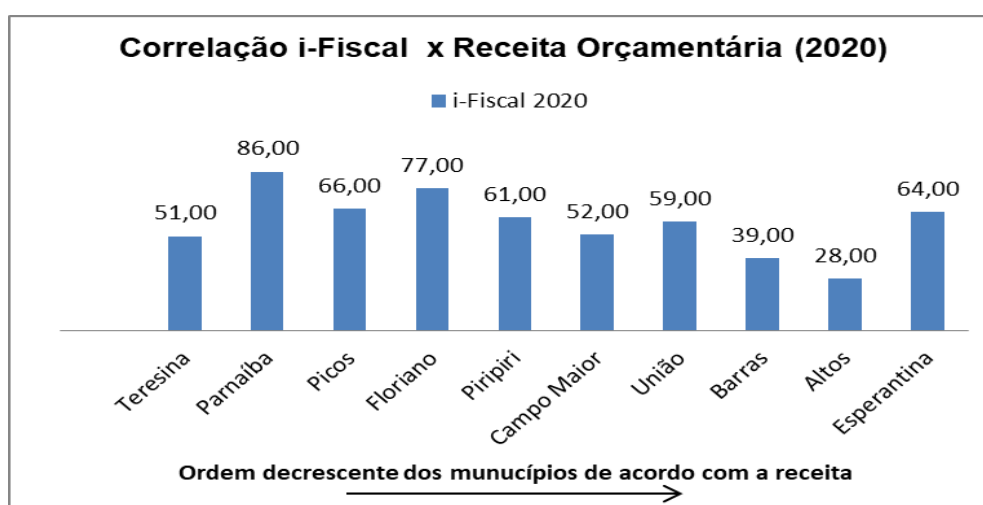
Fonte: Adaptação SICONFI (2020)

Quadro 4 - Receita orçamentária dos municípios em 2021

	Previsão atualizada		Receita realizada	
Teresina	R\$	4.003.981.013,32	R\$	3.525.774.833,62
Parnaíba	R\$	476.529.662,00	R\$	452.275.242,24
Picos	R\$	253.786.200,00	R\$	244.138.196,64
Piripiri	R\$	198.261.914,88	R\$	195.393.950,70
Floriano	R\$	228.778.472,14	R\$	228.942.137,95
Barras	R\$	160.561.094,97	R\$	101.884.197,23
Campo Maior	R\$	177.619.539,30	R\$	162.543.333,75
União	R\$	110.634.960,00	R\$	119.794.299,69
Altos	R\$	136.364.169,67	R\$	118.266.633,25
Esperantina	R\$	101.831.047,55	R\$	117.940.096,19

Fonte: Adaptação SICONFI (2021)

Os gráficos e comparativos feitos a seguir foram com base na receita realizada, de acordo com dados recolhidos no Siconfi - Secretaria do Tesouro Nacional.

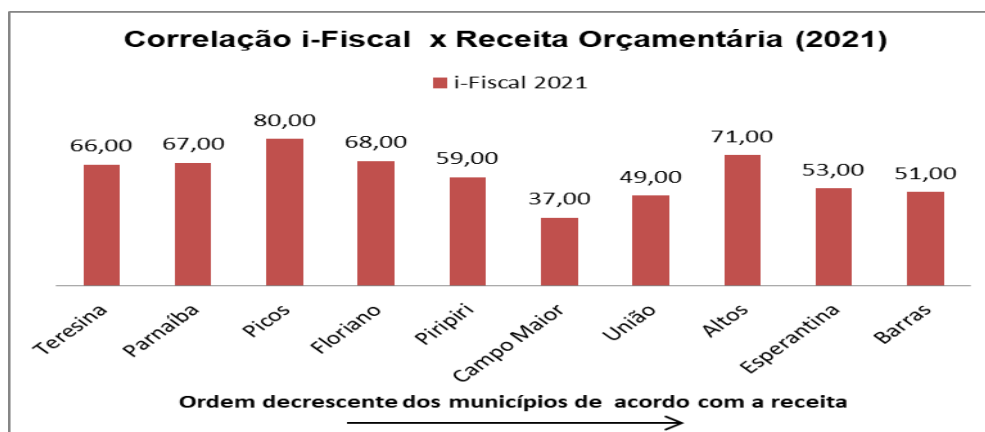
Gráfico 3 - Correlação do i-Fiscal com a receita orçamentária de 2020

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O gráfico acima está ordenado de acordo com a receita orçamentária realizada no ano em questão, percebe-se que as cinco cidades mais populosas apresentam as maiores receitas realizadas, trocando apenas Floriano com a quarta maior receita mesmo sendo a quinta com maior população, nota-se que que desconsiderando Teresina, que analisada anteriormente apresentou nota menor, as três maiores notas pertencem as cidades com maior orçamento. Ressalta-se que os estudos de Paulino, J. V. D. S. (2021) constataram efetividade da situação fiscal dos municípios estudados a partir da boa execução financeira e orçamentária. Além disso, as duas menores notas são de Barras e Altas. Destaca-se Esperantina que,

apesar de possuir a menor receita, foi a quarta maior nota.

Gráfico 4 - Correlação do i-Fiscal com a receita orçamentária de 2021



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Como o gráfico anterior, este está organizado da mesma forma, porém a receita orçamentária é do ano de 2021, em relação a isso, verificou-se que apenas Altos, Esperantina e Barras tiveram mudanças na sua posição.

Foi observado que Altos e Esperantina, no ano em questão, tiveram um orçamento maior, enquanto Barras obteve uma receita menor. Os demais permaneceram em suas posições referente ao ano de 2020. Analisando-os, percebe-se que Barras, apesar da diminuição da receita, apresentou um aumento na nota, em contrapartida, Esperantina que teve um aumento, apresentou diminuição na nota.

Já Altos, apresentou um aumento significativo na nota obtida. Ao analisar a receita individual de cada município, é possível verificar de forma mais eficaz a relação da receita com o i-Fiscal.

Quadro 5 - Comparativo receita orçamentária 2020x2021

	Receita 2020	Receita 2021
Teresina	R\$ 3.215.287.369,29	R\$ 3.525.774.833,62
Parnaíba	R\$ 425.776.738,44	R\$ 452.275.242,24
Picos	R\$ 228.903.255,09	R\$ 244.138.196,64
Piripiri	R\$ 170.618.076,99	R\$ 195.393.950,70
Floriano	R\$ 200.334.877,82	R\$ 228.942.137,95
Barras	R\$ 102.616.434,35	R\$ 101.884.197,23
Campo Maior	R\$ 158.239.427,91	R\$ 162.543.333,75
União	R\$ 107.146.496,77	R\$ 119.794.299,69
Altos	R\$ 99.795.608,43	R\$ 118.266.633,25
Esperantina	R\$ 91.405.118,61	R\$ 117.940.096,19

Fonte: Elaborado a partir da SICONFI (2020 e 2021)

Teresina teve um aumento na receita, e apresentou um aumento na nota obtida. Parnaíba, apesar do aumento na receita, apresentou uma queda no resultado. Em contrapartida, Altos e Picos apresentaram uma diferença significativa nos resultados de 2021 e seus orçamentos, também aumentaram.

Em síntese Piripiri, Floriano, Campo Maior, União e Esperantina tiveram aumento na receita de 2021, porém apresentaram nota inferior no i-Fiscal. Enquanto Barras, que teve uma receita menor, obteve nota superior ao ano anterior.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa em questão buscou achar alguma relação entre a população e a receita orçamentária, com as notas obtidas no i-Fiscal dos anos de 2020 e 2021. Tendo como objetivo geral analisar a nota do IEGM com foco no Índice de Gestão Fiscal dos municípios mais populosos do Piauí. Onde se pode verificar que poucos municípios apresentaram um avanço no i-Fiscal 2021, comparado ao ano de 2020. Apenas Teresina, Picos, Barras e Altos avançaram. Destaca-se Altos com o maior avanço, pois em 2020 obteve C, com 28, e em 2021 atingiu faixa B, com 71. Assim, constatou-se que a faixa populacional não foi um fator tão influenciável para a nota, visto que, mesmo municípios com menor população apresentaram resultados parecidos com os mais populosos.

Com relação aos objetivos específicos, buscou-se verificar se o resultado do índice tinha alguma relação com a população do município ou sua receita orçamentária, uma vez que o índice é voltado para a gestão fiscal.

Das hipóteses levantadas, verificou-se que entre a população e a receita orçamentária, a população é o fator que apresentou mais influência, porém não é o fator predominante, uma vez que os municípios mais populosos apresentaram uma média mais alta que os menos populosos. Outro ponto que foi possível observar foi que as cinco cidades mais populosas apresentam as maiores receitas realizadas. Além disso, mesmo com o aumento da receita orçamentária, não houve muita discrepância entre eles. Porém, vale ressaltar, que este não é o fator de maior influência no índice. Percebe-se que as cinco cidades mais populosas apresentam as maiores receitas realizadas,

Este resultado possivelmente está relacionado ao fato de que quanto maior a população, mais se faz necessário a utilização dos recursos de maneira mais eficiente, eficaz e efetiva, como pontua Sano e Montenegro (2013). No entanto, nossas hipóteses não foram 100% comprovadas. Cabe destacar, que o intuito desta pesquisa não foi realizar um ranqueamento dos municípios, os mesmos foram comparados apenas no intuito de verificar as hipóteses estabelecidas previamente.

As contribuições teóricas e empíricas desta pesquisa, contribuem para que novos pesquisadores a leve como base, buscando novas relações entre o índice e aspectos socioeconômicos.

Sobre as limitações do estudo, verificou-se que apesar dos resultados serem

disponibilizados em sites do governo, aparenta uma tentativa de obstrução dos dados, para que os mesmos não sejam acessados. Além disso, há uma falta de divulgação sobre o índice. O intuito da divulgação é o acesso de dados pela população, porém não há instruções ou divulgações de como acessá-los, assim, gerando diminuição do interesse sobre os resultados e o índice em questão.

Para os futuros estudos, sugere-se verificar quais fatores têm influência maior no resultado do i-Fiscal e como fatores externos à gestão fiscal podem impactar na mesma e consecutivamente no Índice Municipal da Gestão Fiscal.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, A. C. A utilização do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) como ferramenta de avaliação de políticas públicas. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF, Jul. 2017. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/55556/a-utilizacao-do-indice-de-efetividade-da-gestao-municipal-iegm-como-ferramenta-de-avaliacao-de-politicas-publicas>. Acesso em 17 de Jun. 2023
- ARAÚJO, L. C. d. *et al.* Gestões Municipais no Brasil: um estudo a partir do índice de efetividade das gestões municipais - IEGM. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, vol. 20, 2021, pp. 1-17. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477565816004>. Acesso em 19 de Jun. 2023
- CARNEIRO, R., MENICUCCI, T. M. G. Gestão pública no século XXI as reformas pendentes. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, **Estado e políticas de saúde [online]**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 1. pp. 135-194. Disponível em: [noronha-9788581100159-06.pdf](http://www.scielo.org/noronha-9788581100159-06.pdf) (scielo.org). Acesso em 16 de Jun. 2023
- CASTRO, S. H. R., CARVALHO. Indicador de Efetividade da Gestão Municipal: Contribuição dos Tribunais de Contas para a melhoria da Gestão Pública. **Rev. Sistemas, Cibernética e informática**, Minas Gerais, v.4, n.1, p. 56-60, 2017. Disponível em: <https://www.iiisci.org/journal/PDV/risci/pdfs/CB288DK17.pdf>. Acesso em 17 de Jun. 2023
- DE SOUZA LINO, L.; DE ANDRADE SILVA LEAL, Érika; FAÉ, B. **A GESTÃO FISCAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO DE CASO DA MICRORREGIÃO CENTRO-OESTE**. Revista Ifes Ciência , [S. l.], v. 7, n. 2, p. 01 - 20, 2021. DOI: 10.36524/ric.v7i2.1148. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/1148>. Acesso em: 4 ago. 2023.
- FILHO, G. A. L *et al.*, Relação entre a qualidade da gestão fiscal e a transparência dos municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 23, n. 76, set./dez. 2018, 337-355. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.75408>. Acesso em 16 de Jun. 2023
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6 ed., São Paulo, Editora Atlas S.A, 2008. Acesso em 15 de Jun. 2023
- INSTITUTO RUI BARBOSA. **Anuário do IEGM Brasil 2015**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: irbcontas.org.br/wp-content/uploads/2020/04/anuario-iegm-2015.pdf . Acesso em: 10 jul. 2023.
- _____. **Instituto Rui Barbosa**. O que é IEG-M?. IRB, 2022. Disponível em: IRB | IEGM (irbcontas.org.br) . Acesso em: 31 jun. 2023.
- KELLY, J., WANNA, J. A nova gestão pública e as políticas de programação orçamentária do governo, Tradutor: René Locam Filho. **Revista do Serviço Público**, Brasília - DF, v.52, n.2, Jul-Set 2001, p. 52-81. Disponível em: Vista do A

nova gestão pública e as políticas de programação orçamentária do governo (enap.gov.br). Acesso em 04 de Jul. 2023

LANGWINSKI, P. R. **A utilização de indicadores e a medição de desempenho na Gestão Pública**, 2013. 43. Monografia de Especialização (Curso de especialização em Gestão Pública) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Disponível em: (Microsoft Word - PAULO ROBERTO LANGWINSKI, Monografia de Especializa\347\343o) (ufsm.br). Acesso em 25 de Jun. 2023

LUQUE, CA; SILVA, VM da. **A lei da responsabilidade da gestão fiscal: combatendo as falhas de governo à brasileira**. Revista Brasileira de Economia Política, [S. l.], v. 24, n. 3, pág. 413-432, 2004. DOI: 10.1590/0101-35172004-1614. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org.br/repojs/index.php/journal/article/view/755>. Acesso em: 4 Ago. 2023.

PASSOS, G. O., AMORIM, A. C. A Construção do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (legm). **Rev. FSA**, Teresina, v. 15, n. 6, nov./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12819/2018.15.6.14>. Acesso em 01 de Jul. 2023

PAULINO, João Victor da Silva. **Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM): análise do Município de Parazinho/RN nos anos de 2015 a 2018**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/41200>. Acesso em 04 de Ago. 2023

POLLITT, C., BOUCKAERT, G. Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional, Tradutora: Maria Cristina Ervilha, **Revista do Serviço Público**, Brasília - DF, v.53, n.3, Jul-Set 2002, p. 7-31. Disponível em: 1-folha de rosto.pmd (enap.gov.br). Acesso em 12 de Jul. 2023

SANO, H.; MONTENEGRO F. M. J. As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 11, núm. 22, janeiro-abril, 2013, pp. 35-61 Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75225787003>. Acesso em 29 de Jun. 2023

_____. **Secretaria do Tesouro Nacional**. Consultar Declaração, Siconfi - Sistema de informações Contábeis e Fiscais do setor público brasileiro. Disponível em: Siconfi - Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - Versão: 2.0 Consultar Declaração . Acesso em: 27 Jun. 2023.

SILVA, C. R. M., CRISÓSTOMO, V. L., Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v.53, n.4, p. 791-801, jul. - ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220180234>. Acesso em 29 de Jun. 2023

SILVA, INES MENDES. **A reforma financeira do Estado e os modelos de governação e gestão pública. 2018**, Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/10894>. Acesso em 04 de Ago. 2023.

ORMOND, D., LOFFER, E. A nova gerência pública, Tradutor: René Locam Filho., **Revista do Serviço Público**, Brasília - DF, v.50, n.2, Abr-Jun 1999, p. 66-96. Disponível em: Vista do A nova gerência pública (enap.gov.br). Acesso em 29 de Jun. 2023

_____. **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**. Manual do Índice de Efetividade da gestão municipal 2016. São Paulo: TCE, 2016. Disponível em: . Acesso em: 10 jul. 2023.

_____. **Tribunal de Contas do Estado do Piauí**. Infográfico.Piauí: TCE. Disponível em: Infográfico - Tribunal de Contas do Estado do Piauí (tcepi.tc.br) . Acesso em: 31 Jun. 2023.

_____. **Tribunal de Contas do Estado do Piauí**. IEGM .Piauí: TCE. Disponível em: IEGM - Tribunal de Contas do Estado do Piauí (tcepi.tc.br) . Acesso em: 27 Jun. 2023.

ZANETTI, F. C. F. **Introdução à Contabilidade Pública e Tesouraria**, UFMT, Cuiabá-MT, 2015. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1603>. Acesso em 23 de Jun. 2023